



AZ@BXL

Número: 276 Data: 2023.06.16

No título: [Casa dos Vulcões](#)

Nota: A [série](#) em questão pretende explorar em toda a sua extensão os centros ambientais nos Açores (19 no total). A oitava edição visita a Casa dos Vulcões, que surge em pleno núcleo da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, estando o edifício instalado no património edificado do Lajido de Santa Luzia. Constitui o ponto de partida para o conhecimento dos vulcões dos Açores e uma importante ferramenta de divulgação do património natural açoriano, com destaque para a geodiversidade.

Enquadrada pela Montanha do Pico, simultaneamente o mais jovem e o maior vulcão poligenético dos Açores, a Casa dos Vulcões proporciona uma autêntica viagem ao centro da Terra em que o visitante descobre a energia interna do planeta através de sensações únicas, com recurso a um simulador sísmico e a um domo interativo. O conhecimento é apresentado em módulos distintos que permitem explorar temáticas que vão desde a formação do Universo aos microrrelevo presentes nas paisagens açorianas. O Centro localiza-se no núcleo do Lajido de Santa Luzia, junto à costa, freguesia de Santa Luzia, concelho de São Roque. Fica situado a 11 quilómetros das vilas de São Roque e da Madalena.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

Destaques



[Parlamento Europeu aprova relatório sobre as RUP](#)

[Consulta pública sobre possibilidades de pesca para 2024 aberta até 31 de agosto](#)

[Comissão Europeia apresenta medidas concretas de apoio à economia social e novo portal para a economia social](#)

[Pesca sustentável: progressos na recuperação das unidades populacionais de peixes](#)

[Novo Prémio Europeu para Mulheres Inovadoras: candidaturas até 27 de setembro](#)

[“Financiamento da recuperação após a COVID-19: UE tem de melhorar informações sobre a dívida”, indica o TCE](#)

[Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em 2022](#)



19 de junho



Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

Os ministros [serão](#) convidados a realizar um debate de orientação sobre o pacote legislativo “Fiscalidade: o IVA na era digital” e a dar orientações políticas sobre uma série de questões fundamentais que estão a ser objeto de debate a nível de peritos dos Estados-Membros. O Conselho terá a oportunidade de trocar pontos de vista sobre a proposta de reforma do quadro de governação económica. Após uma apresentação pela Comissão, os ministros poderão debater as principais prioridades políticas para as negociações que se avizinham, centrando-se no caminho a seguir. O Conselho procurará igualmente aprovar as suas recomendações sobre os programas nacionais de reformas de 2023 e emitir os seus pareceres sobre os programas de estabilidade ou de convergência atualizados. Os ministros aprovarão as recomendações do Conselho tendo em vista o seu envio ao Conselho Europeu, para aprovação.



Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia)

Os ministros da Energia da UE [procurarão](#) alcançar uma orientação geral sobre a reforma da configuração do mercado da eletricidade da UE. A reforma consiste numa proposta de regulamento para rever a configuração do mercado da eletricidade da UE e numa proposta de regulamento para melhorar a proteção contra a manipulação de mercado no mercado grossista da energia da UE (REMIT).

Na rubrica "Diversos", a Comissão informará os ministros das recentes evoluções no que respeita às relações externas no domínio da energia. A Comissão dará também aos ministros informações atualizadas sobre a preparação para o inverno. A Lituânia dará aos ministros informações sobre a segurança nuclear e as questões de transparência duradouras relacionadas com o lançamento

da segunda unidade de produção de energia da central nuclear bielorrussa de Ostravets. A futura Presidência espanhola apresentará o seu programa de trabalho.

20 de junho



Conselho (Ambiente)

O Conselho irá tentar chegar, durante a reunião dos ministros do Ambiente, a uma posição comum (orientação geral) no que se refere à proposta de Regulamento relativo à restauração da natureza no [próximo dia 20 de junho](#). Os ministros irão também promover um debate de orientação relativo ao Regulamento que altera o Regulamento (UE) 2019/1242 referente às normas de emissão de CO2 dos veículos pesados.

20 a 22 de junho



Semana Europeia da Energia Sustentável 2023

O tema desta edição será "Acelerar a transição para energias limpas - faturas menores e maiores competências". A semana europeia é o maior evento anual dedicado às energias renováveis e à utilização eficiente da energia na Europa. Compreende uma série de atividades destinadas a construir um futuro energético seguro para a Europa. Inscrição e restantes informações [aqui](#).

21 de junho



Capacitar as comunidades energéticas: reforçar as capacidades de inovação social

Centrando-se nos aspetos da inovação social das comunidades de energia, esta sessão abordará os próximos passos previstos no pacote "Objetivo 55", as formas como as comunidades de energia ajudam a responder à crise energética e a informar as atualizações dos Planos Nacionais de Energia e Clima, que constituirão uma ferramenta de monitorização útil neste contexto para os Estados-Membros da UE.

Para tal, esta sessão explorará questões não regulamentares e barreiras relacionadas com a inovação social, a conceção, o desenvolvimento e a implementação de projetos, bem como a conceção de medidas políticas adequadas para ajudar a ultrapassar essas barreiras. O conteúdo da sessão basear-se-á nas experiências de comunidades de energia envolvidas em diferentes atividades relacionadas com a inovação social, bem como na análise política e nos materiais de orientação elaborados pelo Repositório das Comunidades de Energia e pelo Centro Consultivo das Comunidades de Energia Rural. A sessão destina-se a decisores políticos a nível da UE, nacional e local, bem como a profissionais de comunidades energéticas. Inscrições [aqui](#).

Até 23 de junho



Consulta pública sobre a meta climática da UE para 2040

As alterações climáticas continuam a ser o desafio decisivo das próximas décadas. Esta comunicação dá início a um processo destinado a estabelecer uma meta climática para 2040 que coloque a UE firmemente na via da neutralidade climática até 2050. Será acompanhada por uma avaliação de impacto aprofundada, que servirá de base a um projeto de lei que estabelece o objetivo para 2040. O carregamento das contribuições pode ser feito [aqui](#).

26 e 27 de junho



EuroPCom 2023

A EuroPCom, a [Conferência Europeia de Comunicação Pública](#), é o maior encontro anual de peritos no domínio da comunicação pública na União e é organizada conjuntamente pelas instituições da UE. A 14.ª Conferência EuroPCom realiza-se a 26 e 27 de junho de 2023 em Bruxelas e em linha.

Com as próximas eleições europeias a apenas um ano de distância, a EuroPCom deste ano tem como tema a democracia. Sob o lema "Comunicar a Democracia - Comunicar a Europa", os especialistas em comunicação a nível local, regional, nacional e europeu partilharão as suas melhores práticas no que respeita a estratégias de comunicação bem-sucedidas e debaterão a forma de conseguir a participação dos eleitores. Analisarão também a forma como a desinformação está a afetar a democracia e como as soluções de dados abertos podem capacitar os cidadãos, entre muitas outras questões de atualidade!

Até 28 de junho



Consulta pública: digitalização dos documentos de viagem a fim de facilitar as viagens

Os documentos de viagem digitais podem ser mais fáceis de emitir do que os documentos físicos. Podem também facilitar os controlos nas fronteiras e, em última análise, o fluxo de viagens internacionais. Tal como anunciado na estratégia relativa ao espaço Schengen adotada em 2021, esta iniciativa visa decidir sobre um formato comum para os documentos de viagem digitais com vista a facilitar as viagens. Comentários [aqui](#).

Até 30 junho



Comissão Europeia convida Estados-Membros a acolherem as infraestruturas terrestres GOVSATCOM e IRIS²

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite à manifestação de interesses, convidando os Estados-Membros a acolherem as infraestruturas terrestres GOVSATCOM e IRIS² para a prestação de serviços a utilizadores autorizados pelo governo, prosseguindo as atividades de implementação relacionadas com a IRIS², a infraestrutura para a resiliência, a interconetividade e a segurança por satélite.

Os Estados-Membros que pretendam fornecer sítios de alojamento e serviços de alojamento associados para os *hubs* GOVSATCOM ou os centros de controlo IRIS² são convidados a apresentar propostas até 30 de junho de 2023. Serão selecionados um sítio principal e um sítio de recurso para o GOVSATCOM e o IRIS², com uma transferência prevista dos sítios para a Comissão o mais tardar no 1.º trimestre de 2024 e no 1.º trimestre de 2025, respetivamente. Os sítios de acolhimento e os serviços associados devem ser disponibilizados para um período de vida operacional de, pelo menos, 25 anos.

Até 3 de julho



Propriedade intelectual — novo quadro para patentes essenciais a uma norma

Uma patente que protege uma tecnologia essencial a uma norma denomina-se «patente essencial a uma norma» (PEN). Os titulares de patentes comprometem-se a licenciar as suas PEN aos utilizadores da norma em termos e condições justos, razoáveis e não discriminatórios. No entanto, alguns utilizadores consideraram que o sistema de licenciamento das PEN não é transparente, nem previsível, nem eficiente. Esta iniciativa tem por objetivo criar um quadro de licenciamento justo e equilibrado e poderá combinar medidas legislativas e não legislativas. Comentários [aqui](#).



Revisão da legislação geral da UE em matéria de produtos farmacêuticos

No âmbito da estratégia farmacêutica da UE, e à luz dos ensinamentos retirados da pandemia de COVID-19, a Comissão tenciona avaliar e rever a legislação geral da UE em matéria de medicamentos para uso humano, a fim de assegurar um quadro regulamentar em matéria de produtos farmacêuticos que possa resistir a crises vindouras e que seja duradouro. Carregamento de comentários [nesta plataforma](#).



Luta contra a corrupção na UE - regras atualizadas

O atual quadro jurídico da UE em matéria de luta contra a corrupção encontra-se desatualizado e incompleto. Esta atualização tornará as regras da UE mais adequadas à sua finalidade, ao incorporar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), entre outros melhoramentos. O objetivo é assegurar que todas as formas de corrupção sejam criminalizadas em todos os países da UE, que as pessoas coletivas também possam ser responsabilizadas por essas infrações, e que estejam previstas sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas para essas infrações. Os contributos podem ser submetidos [aqui](#).

Até 7 de julho



Mecanismo de Proteção Civil da União Europeia (MPCU) – avaliação

O MPCU foi criado com o objetivo de melhorar os sistemas de prevenção, preparação e resposta a catástrofes naturais e de origem humana de todos os tipos, tanto dentro como fora da UE. A presente iniciativa consiste em avaliar o MPCU, tal como previsto na Decisão 1313/2013/UE, que estipula que a Comissão Europeia deve avaliar a sua execução até 31 de dezembro de 2023. As repostas a esta [consulta pública](#) podem ser carregadas até ao dia 7 de julho.

Até 10 de julho



Política de coesão da UE: oportunidades de formação para estudantes de jornalismo e jovens jornalistas

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite à apresentação de propostas para estudantes de jornalismo e jovens jornalistas no contexto da 7.ª edição do “Youth4Regions”. Em outubro de 2023, serão selecionados 37 estudantes de jornalismo e jovens jornalistas para viajar para Bruxelas durante uma semana, para formação, tutoria e trabalho com jornalistas experientes na sala de imprensa, bem como para visitar as instituições da UE e os meios de comunicação social.

As candidaturas são aceites em três categorias (vídeo geral, fotojornalístico e jornalístico) dos Estados-Membros da UE, dos países vizinhos e dos países candidatos. O programa “Youth4Regions” é o programa da Comissão que ajuda os estudantes de jornalismo e os jovens jornalistas a descobrir o que a UE está a fazer na sua região. Desde o seu lançamento, em 2017, mais de 170 pessoas de toda a Europa seguiram o programa. O formulário de candidatura e as condições de participação estão disponíveis [na página Web do programa](#) até 10 de julho.

Até 12 de julho



Análise dos investimentos diretos estrangeiros (IDE) — avaliação e revisão do quadro da UE

O Regulamento (UE) 2019/452 estabelece o quadro da UE para a análise dos IDE na UE. Estas regras visam melhorar a capacidade da UE para identificar e fazer face aos potenciais riscos para a segurança ou a ordem pública decorrentes de determinadas transações. Esta iniciativa visa assegurar que este quadro continua a ser adequado à sua finalidade num contexto mundial de segurança em mutação. A Comissão proporá uma revisão das regras, embora o quadro continue a centrar-se exclusivamente na segurança e na ordem pública. Comentários [aqui](#).

17 de julho



Combater a pobreza energética para uma transição justa

O Comité Económico e Social Europeu organiza, em Bruxelas, a terceira edição da sua [conferência sobre a pobreza energética](#). Esta iniciativa surge na sequência das conferências do CESE de 2021 e 2022 sobre este importante tema. A conferência, organizada sob os auspícios da Presidência espanhola do Conselho da UE, centrar-se-á na forma de combater a pobreza energética num contexto de crise energética sem precedentes, agravada pela guerra na Ucrânia, que agravou a situação dos cidadãos vulneráveis em risco de pobreza energética.

A conferência pretende analisar as medidas atuais e fazer o balanço das recomendações das conferências anteriores, com o objetivo de desenvolver recomendações para o futuro. Pretende igualmente contribuir para o reforço do diálogo e da cooperação entre as organizações da sociedade e os diferentes níveis de governação.

Até 22 de julho



Luta contra a corrupção na UE - regras atualizadas

O atual quadro jurídico da UE em matéria de luta contra a corrupção encontra-se desatualizado e incompleto. Esta atualização tornará as regras da UE mais adequadas à sua finalidade, ao incorporar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC), entre outros melhoramentos.

O objetivo é assegurar que todas as formas de corrupção sejam criminalizadas em todos os países da UE, que as pessoas coletivas também possam ser responsabilizadas por essas infrações, e que estejam previstas sanções efetivas, proporcionadas e dissuasivas para essas infrações. Comentários sobre a proposta de diretiva [aqui](#).

Até 31 de julho



Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia — convite à apresentação de candidaturas

O Parlamento Europeu [lançou](#) oficialmente o convite à apresentação de candidaturas ao Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia. O Prémio recompensa anualmente o jornalismo de excelência que promova ou defenda os princípios e valores fundamentais da União Europeia, tais como a dignidade humana, a liberdade, a democracia, a igualdade, o Estado de direito e os direitos humanos.

O Prémio está aberto a jornalistas profissionais e equipas de jornalistas profissionais de qualquer nacionalidade, que devem submeter peças aprofundadas que tenham sido publicadas ou transmitidas por meios de comunicação social sediados num dos 27 Estados-Membros da União Europeia. O objetivo é apoiar e destacar a importância do jornalismo profissional na salvaguarda

da liberdade e da igualdade. Os jornalistas podem submeter os seus trabalhos através do [site](#) até 31 de julho de 2023, às 12h00 (hora de Bruxelas).

Produtos químicos perigosos — Proibição da produção para exportação de produtos químicos proibidos na União Europeia

A iniciativa legislativa visa introduzir um mecanismo de proibição da produção e/ou exportação de determinados produtos químicos perigosos que estão proibidos na UE, a fim de proteger os países terceiros dos efeitos negativos desses produtos na saúde humana e no ambiente. A iniciativa alinhará ainda as políticas interna e externa da União Europeia e melhorará a posição internacional da UE, reforçando a credibilidade das ações por esta empreendidas e dando cumprimento a um compromisso que a UE assumiu na sua Estratégia para a Sustentabilidade dos Produtos Químicos. A consulta pública será encerrada a 31 de julho. Carregamento de contributos [aqui](#).

Até 2 de agosto

Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 — avaliação intercalar

A Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 visa: incentivar os jovens a participar na vida democrática; apoiar a participação social e cívica; garantir que todos os jovens dispõem dos recursos de que necessitam para desempenhar um papel ativo na sociedade. O objetivo desta iniciativa é avaliar a eficácia e o desempenho globais, a eficiência, a pertinência, a coerência e o valor acrescentado europeu da estratégia. Esta avaliação servirá de base para a revisão intercalar da estratégia pelo Conselho da UE. Contributos podem ser carregados [aqui](#).

Até 4 de agosto

Consulta pública sobre o balanço de qualidade da aplicação do princípio do poluidor-pagador ao ambiente

O princípio do poluidor-pagador [deve](#) ser aplicado nas políticas ambientais da UE, tal como estabelecido no artigo 191.º, n.º 2, da versão consolidada do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O princípio do poluidor-pagador exige que os poluidores paguem as medidas que tomam para pôr termo à poluição e pela poluição que provocam. A aplicação do princípio constitui um incentivo para evitar danos ambientais na fonte e responsabiliza os poluidores.

O objetivo da presente consulta pública é recolher os pontos de vista das partes interessadas — juntamente com quaisquer elementos que possam fornecer — sobre a aplicação do princípio do poluidor-pagador na UE, o que está a funcionar bem e não tão bem e o valor acrescentado da UE na sua aplicação. Respostas [aqui](#).

Até 28 de agosto

Votação para o Prémio Escolha do Público 2023 - Prémios Europeus do Património Cultural / Prémios Europa Nostra 2023

O vencedor do Prémio Escolha do Público, a ser selecionado de entre os projetos vencedores deste ano dos Prémios Europeus do Património Cultural / Prémios Europa Nostra 2023, e com direito a receber 10 mil euros cada, será decidido através da [votação em linha](#). Mais informações sobre os vencedores dos prémios podem ser consultadas [aqui](#)

Até 31 de agosto

Consulta pública sobre possibilidades de pesca para 2024

Os Estados-Membros, os conselhos consultivos, o setor das pescas, as organizações não governamentais e os cidadãos interessados são **incentivados a partilhar as suas perspetivas sobre o ponto da situação e as futuras orientações das possibilidades de pesca para 2024**. São convidados a exprimir os seus pontos de vista até 31 de agosto no âmbito da [consulta pública em linha](#).

Até 8 de setembro

Prémio Apícola Europeu de 2023

Estão abertas as candidaturas ao Prémio Apícola Europeu de 2023. Existem três categorias em concurso, sendo que os incentivos financeiros poderão chegar aos 4 mil euros. Mais informações sobre o processo de candidatura [aqui](#).

Até 13 de setembro



Bolsas de pós-doutoramento MSCA: mais de 260 milhões de euros para investigadores individuais

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo convite à apresentação de propostas para 2023 [bolsas de pós-doutoramento](#) no âmbito das Ações Marie Skłodowska-Curie (MSCA). Com um orçamento de 260,5 milhões de EUR, estas subvenções reforçarão o potencial criativo e inovador dos investigadores titulares de um doutoramento que pretendam adquirir novas competências através de formação avançada e mobilidade internacional, interdisciplinar e intersectorial.

O convite permitirá igualmente a organizações de todo o mundo atrair investigadores talentosos, incluindo universidades de topo, centros de investigação, organizações públicas e privadas e médias empresas. O convite à apresentação de propostas terminará em 13 de setembro de 2023 e deverá financiar mais de 1,2 mil projetos.

Até 19 de setembro



Terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala no âmbito do Fundo de Inovação

A Comissão Europeia lançou o [terceiro convite à apresentação de projetos de pequena escala](#) no âmbito do [Fundo de Inovação](#), um dos maiores programas de financiamento a nível mundial para a implantação de tecnologias hipocarbónicas inovadoras.

O novo convite à apresentação de projetos disponibilizará 100 milhões de euros em subvenções a favor de projetos de pequena escala com uma despesa de capital situada entre 2,5 e 7,5 milhões de euros nos domínios das energias renováveis, da descarbonização das indústrias com utilização intensiva de energia, do armazenamento de energia e da captura, utilização e armazenamento de carbono.

Até 26 de setembro



Programa Europa Digital – 122 milhões de euros em tecnologias e competências digitais

Dos 122 milhões de euros, 31 milhões apoiarão projetos no domínio dos dados, com investimentos no projeto [Genoma Europa](#) para a criação duma base de dados europeia de referência sobre o genoma, que promoverá avanços radicais na investigação, inovação, prevenção de doenças e prestação de cuidados de saúde. 25 milhões de euros serão dedicados às infraestruturas e serviços de computação periférica e em nuvem da próxima geração. 18 milhões serão dedicados à inteligência artificial e 16 milhões à promoção de competências digitais avançadas. O prazo para a apresentação de candidaturas é 26 de setembro de 2023 e as informações relativas às candidaturas estão [disponíveis em linha](#). Outros convites à apresentação de propostas no âmbito do programa de trabalho para 2023-2024 serão publicados no final de maio e ao longo do corrente ano. O programa de trabalho para 2023-2024 dispõe de um orçamento total de 909,5 milhões de euros, dos quais 392 milhões serão afetados a ações em 2023

Até 27 de setembro



Novo Prémio Europeu para Mulheres Inovadoras

O Prémio Europeu para Mulheres Inovadoras pretende mostrar o papel central que as mulheres podem (e devem) desempenhar na criação de uma nova Europa mais sustentável, e inspirará pessoas de todas as idades a juntarem-se à nova visão que o EIC e o EIT estão a construir sobre as mulheres como líderes tecnológicos e climáticos. O prémio máximo será de 100 mil euros. Candidaturas e restantes informações [aqui](#).

27 a 30 de setembro



Cimeira do 60º aniversário do Europa Nostra

A escolha de Veneza como cidade anfitriã da Cimeira Europeia do Património Cultural representa, por si só, um símbolo duma Europa baseada em valores e orientada para a cultura. Mais informações relativas à cimeira [aqui](#).

Até 5 de outubro



Política de Coesão da UE: convite à apresentação de projetos de inovação urbana no valor de 120 milhões de euros

A política de coesão da UE ajuda a inovar as nossas cidades. A [Iniciativa Urbana Europeia](#) (IUE) [lançou](#) um segundo convite à apresentação de propostas no valor de 120 milhões de euros para projetos inovadores que desenvolvam e testem novas soluções para enfrentar os atuais desafios urbanos.

O convite premiará projetos que desencadeiem uma verdadeira transformação nas cidades, gerem investimentos e inspirem outros. O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) financiará 80% do custo dos projetos selecionados. Cada projeto pode receber até 5 milhões de euros. Parte deste financiamento apoiará a transferência de soluções inovadoras para outras cidades da Europa, a fim de garantir um impacto ainda maior, especialmente nas cidades e regiões que mais necessitam de uma transformação urbana sustentável. Para tal, as autoridades urbanas apoiadas estabelecerão parcerias de transferência com três outras cidades para reproduzir os projetos.

O convite está aberto a todas as cidades da UE, individualmente ou em grupo. Os candidatos interessados são convidados a inscrever-se nos seminários de informação e noutras reuniões previstas para as próximas semanas. Os pormenores estarão disponíveis no sítio *Web* da EUI. O prazo para apresentação de candidaturas é 5 de outubro de 2023.

Até 17 de outubro



Comissão lança convites à apresentação de propostas no valor de 122 milhões de euros para colmatar as lacunas de inovação na UE e reforçar os ecossistemas de inovação

A Comissão Europeia [disponibilizou](#) 122 milhões de euros no âmbito da iniciativa [Ecossistemas Europeus de Inovação](#) do programa Horizonte Europa e do [Instrumento de Investimento Inter-regional para a Inovação](#) do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Estes convites à apresentação de propostas têm por objetivo reforçar e fazer progredir os ecossistemas europeus de inovação, ligando todos os territórios da UE para dar resposta aos desafios sociais e promover uma coesão mais forte. Contribuem igualmente para uma iniciativa fundamental da "Nova Agenda Europeia da Inovação", que tem por objetivo promover "[vales de inovação regionais](#)" interligados em toda a UE. As candidaturas estão abertas [aqui](#) até 17 de outubro de 2023. Para mais informações, clique [aqui](#).



Agricultura e Alimentação

Atribuídos mais 80 milhões de euros à reserva agrícola da UE em 2023

Durante a [reunião informal dos ministros da agricultura](#), que decorreu na Suécia, o comissário europeu da Agricultura, Janusz Wojciechowski, anunciou um aumento da reserva agrícola para 530 milhões de euros em 2023, em comparação com o montante inicial de 450 milhões de euros (uma parte deste montante já se encontra utilizado). Na prática, isto quer dizer que serão distribuídos 330 milhões de euros (80 + os 250 milhões de euros já previstos e anunciados anteriormente) para os 22 Estados-Membros (entre os quais Portugal) que ainda não beneficiaram destes fundos (os 5 Estados-Membros que não serão incluídos nestes 330 milhões são os 5 Estados-Membros de leste que já receberam 56 milhões e que aguardam a aprovação dum segundo pacote de 100 milhões de euros - Polónia, Hungria, Bulgária, Roménia e Eslováquia). A chave de alocação ainda não está totalmente definida, mas os Estados-Membros que apresentam dificuldades adicionais terão um envelope maior.

PE pede plano europeu de segurança alimentar e mais recursos para os agricultores

A UE deve [reforçar](#) a sua segurança alimentar, autonomia e resiliência no setor agrícola face à COVID-19, à guerra da Rússia na Ucrânia e às alterações climáticas. Numa resolução aprovada na quarta-feira por 447 votos a favor, 142 contra e 31 abstenções, o Parlamento considera que a UE deve superar a sua dependência de países terceiros e diversificar o fornecimento de importações de produtos

críticos, como fertilizantes, alimentos para animais e matérias-primas. Os eurodeputados pedem um plano de segurança alimentar baseado em reservas alimentares, uma estratégia para as proteínas e os alimentos para animais e apoio financeiro aos produtores europeus.

O financiamento do acesso dos agricultores às tecnologias digitais e à gestão de precisão das culturas é essencial para aumentar os rendimentos e reduzir a utilização de pesticidas e o consumo de água, acrescentam. Deveria ser criado um novo programa da UE para modernizar as instalações de irrigação e promover novas infraestruturas de gestão da água.

Os eurodeputados defendem campanhas europeias contra o desperdício alimentar, programas nacionais de prevenção alimentar, a cooperação entre supermercados e bancos alimentares e o investimento em infraestruturas para tornar o transporte e o armazenamento de produtos agrícolas mais sustentáveis. Um capítulo sobre produtos alimentares e agrícolas deve ser incluído nos acordos comerciais para combater a concorrência desleal de produtores de países terceiros sujeitos a legislação menos rigorosa.

Reconhecendo que o Pacto Ecológico Europeu é "uma pedra angular da transição da UE para uma economia e uma agricultura mais verdes, mais sustentáveis e resilientes", os eurodeputados argumentam que "algumas das medidas propostas podem ter efeitos inesperados, que ainda não foram devidamente avaliados e identificados ao nível das explorações agrícolas". A Comissão deverá, por isso, garantir, na aplicação do Pacto Ecológico, que "o empreendedorismo e a atividade agrícola sejam mantidos em toda a União, numa perspetiva estratégica de segurança alimentar".

Auxílios estatais: Comissão aprova regime espanhol de 680 milhões de euros ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência para apoiar a implantação de redes móveis 5G nas zonas rurais

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um regime espanhol de 680 milhões de euros disponibilizado através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência ("MRR") para a implantação de equipamentos e infraestruturas para redes autónomas 5G de elevado desempenho em zonas rurais mal conectadas. A medida faz parte da estratégia espanhola para responder às necessidades dos cidadãos e das empresas no contexto da digitalização do país. O regime contribui igualmente para os objetivos estratégicos da UE relacionados com a transição digital.

As zonas espanholas em causa têm menos de 10 mil habitantes e não têm qualquer investimento atual ou previsto em redes 4G que proporcionem débitos de, pelo menos, 50 Mbps de descarregamento. Ao abrigo do regime, o auxílio pode ser concedido até 31 de dezembro de 2025 e as redes móveis 5G terão de entrar em funcionamento até fevereiro de 2026, o mais tardar. O auxílio assumirá a forma de subvenções diretas aos operadores de comunicações eletrónicas.



Ambiente

UE intensifica esforços para restaurar e proteger a camada de ozono

Na terça-feira, o Parlamento e o Conselho [chegaram](#) a um acordo parcial sobre as medidas para reduzir as emissões de substâncias que danificam a camada de ozono (ODS). Os negociadores confirmaram que a produção, venda, utilização, importação e exportação das ODS não são permitidas. Estão previstas isenções rigorosas para a utilização de ODS como matéria-prima (para produzir outras substâncias, por exemplo, na indústria farmacêutica ou química), como agentes de transformação, em laboratórios e para proteção contra incêndios em aplicações especiais, como equipamento militar e aviões. Com base nas avaliações quadrienais previstas no Protocolo de Montreal ou, em alternativa, pela própria Comissão, esta deverá elaborar e atualizar uma lista de ODS cuja utilização como matéria-prima é proibida e avaliar regularmente a disponibilidade de alternativas.

O quadro atualizado da UE em matéria de ODS introduz requisitos de recuperação, reciclagem e valorização para o manuseamento de ODS em materiais de construção durante as renovações (encontradas em particular em espumas de isolamento), que é a principal fonte das restantes emissões das ODS na UE. Os negociadores acordaram na importância de disponibilizar programas de formação adequados para o pessoal que efetua a recuperação das ODS contidas nas espumas dos materiais de construção.

A fim de melhorar o controlo e a monitorização das ODS e reduzir os potenciais impactos adversos no ambiente e na saúde, as regras relativas à prevenção da libertação não intencional, à reparação de fugas e à recuperação, reciclagem e destruição devem também ser alargadas a todas as ODS abrangidas pela legislação da UE (incluindo as não abrangidas pelo Protocolo de Montreal, enumeradas no Anexo II).

Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM) começa a ser aplicado na sua fase de transição a partir de 1º de outubro: Comissão consulta sobre obrigações de relatórios

A Comissão Europeia [publicou](#) um primeiro apelo a feedback sobre as regras que regem a implementação do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM) durante a sua fase transitória, que se inicia a 1 de outubro deste ano e decorre até ao final de 2025. O projeto de Regulamento de Execução agora publicado detalha as obrigações de relatórios e informações solicitadas aos importadores da UE de produtos CBAM, bem como a metodologia provisória para calcular as emissões incorporadas liberadas durante o processo de produção de produtos CBAM.

Na fase transitória do CBAM, os comerciantes terão apenas que informar sobre as emissões incorporadas nas suas importações sujeitas ao mecanismo sem pagar qualquer ajustamento financeiro. Isso dará tempo às empresas para se prepararem e fornecerá as informações necessárias para ajustar a metodologia definitiva até 2026.

Tornar as baterias mais sustentáveis, mais duradouras e com melhor desempenho

Na terça-feira, o Parlamento Europeu [aprovou](#) novas regras para a conceção, produção e gestão de resíduos de todos os tipos de baterias vendidas na UE. Com 587 votos a favor, nove contra e 20 abstenções, os eurodeputados aprovaram um acordo alcançado com o Conselho para rever as regras da UE em matéria de pilhas e resíduos de pilhas. A nova legislação tem em conta a evolução tecnológica e os desafios futuros do setor e abrangerá todo o ciclo de vida das pilhas, desde a conceção até ao fim de vida.



Coesão e Solidariedade Interna da UE

Economia social: Comissão propõe formas de explorar plenamente o seu potencial no emprego, na inovação e na inclusão social

A Comissão Europeia [recomenda](#) medidas concretas de apoio à economia social, que dá prioridade às pessoas e às causas sociais e ambientais em detrimento do lucro. Há 2,8 milhões de entidades da economia social na Europa, que empregam um total de 13,6 milhões de pessoas para confrontar os principais desafios das nossas sociedades. Estas entidades abrangem uma gama diversificada de setores, desde os serviços sociais e de prestação de cuidados até à habitação, ao lazer e à energia a preços acessíveis; e incluem cooperativas, associações mutualistas, associações sem fins lucrativos, fundações e empresas sociais. O pacote visa criar condições favoráveis para que as organizações da economia social prosperem e cresçam e sensibilizar para o seu potencial, em especial na criação de empregos de qualidade, no apoio à inovação e à inclusão social.

Apesar do seu contributo para a sociedade, as organizações da economia social enfrentam frequentemente obstáculos ao desenvolvimento e à expansão das suas atividades, devido a uma falta de compreensão e reconhecimento dos seus modelos empresariais. Para superar estes desafios, a [proposta de recomendação do Conselho](#) insta os Estados-Membros a desenvolverem estratégias abrangentes para a economia social, adaptando os quadros políticos e jurídicos, para promover um ambiente propício à economia social em todos os domínios pertinentes. O objetivo é promover a criação de emprego de qualidade, impulsionar a economia local e reforçar a coesão social e territorial.

Os Estados-Membros debaterão a [proposta de recomendação do Conselho](#) apresentada pela Comissão com vista à sua adoção pelo Conselho. Uma vez adotada, a proposta convida os Estados-Membros a adotarem ou atualizarem as suas estratégias para a economia social no prazo de 18 meses. Recomenda-se igualmente aos Estados-Membros a criação de um balcão único de apoio à economia social, a criação de pontos de contacto locais e/ou regionais que atuem como «embaixadores da economia social» e a nomeação de coordenadores da economia social nas instituições nacionais, a fim de assegurar a coerência entre as diferentes políticas. A Comissão acompanhará a execução das estratégias através de consultas regulares com os Estados-Membros através do [Comité do Emprego e do Comité da Proteção Social](#).

Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em 2022

Em 2022, 95,3 milhões de pessoas na UE (22% da população) [estavam](#) em risco de pobreza ou exclusão social, ou seja, viviam em agregados familiares com pelo menos um dos três riscos de pobreza e exclusão social: risco de pobreza, privação material e social grave e/ou viver num agregado familiar com intensidade de trabalho muito baixa. O número permaneceu relativamente estável em comparação com 2021 (95,4 milhões, 22% da população). Em 2022, as percentagens de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social variavam entre os países da UE. Os valores mais elevados foram registados na Roménia (34%), Bulgária (32%), Grécia e Espanha (ambos 26%). Por outro lado, as percentagens mais baixas foram registadas na Chéquia (12%), na Eslovénia (13%) e na Polónia (16%).

Financiamento da recuperação após a COVID-19: UE tem de melhorar informações sobre a dívida

A Comissão Europeia foi rápida a criar um novo sistema de gestão da dívida para o Instrumento de Recuperação da União Europeia (IRUE), o maior programa de investimento e contração de empréstimos da história da União, lançado em junho de 2021. O Tribunal de Contas Europeu (TCE) conclui, num [novo relatório](#), que o sistema permitiu à União contrair empréstimos rapidamente nos mercados de capitais e disponibilizar a tempo as verbas necessárias. Contudo, apela a que o executivo da UE melhore a avaliação e comunicação de informações sobre a gestão desta dívida, para alinhar o programa com as boas práticas internacionais.

O IRUE dá subvenções e empréstimos aos Estados-Membros para apoiar a recuperação económica na sequência da pandemia de COVID-19, sendo custeado na totalidade por emissão de dívida. A Comissão pôs em prática uma estratégia de financiamento diversificada, que se afasta do seu modelo tradicional de "financiamento recíproco". Para tal, pretende angariar até 807 mil milhões de euros nos mercados de capitais até ao final de 2026 emitindo obrigações da UE (150-200 mil milhões de euros por ano). Em resumo, o valor dos empréstimos dependerá da forma como os países da UE aplicam o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, que representa a maior parte dos fundos do IRUE.

Até ao final de junho de 2022, a Comissão contraiu 65 empréstimos ao abrigo do IRUE, num total de 195 mil milhões de euros, com os custos dos empréstimos no primeiro ano de funcionamento a refletirem a sua posição no mercado, revela o TCE. A evolução do rendimento no mercado das obrigações no âmbito do IRUE era comparável à das obrigações dos Estados-Membros com notações de risco semelhantes (como a França e a Áustria). A Comissão também cumpriu todos os requisitos regulamentares essenciais relativos à

carteira de dívida e à gestão dos riscos, garantindo ao mesmo tempo bastante previsibilidade sobre o programa de financiamento do IRUE e confiança na dívida da União entre os participantes no mercado.

Porém, a Comissão é responsável sobretudo por proporcionar verbas suficientes em tempo útil e a responsabilização pelos outros objetivos de gestão da dívida do programa não é evidente. Na verdade, a Comissão não definiu claramente os seus objetivos de gestão da dívida na estratégia de financiamento do IRUE, o que resultou numa deficiente avaliação e comunicação de informações sobre o desempenho. Por exemplo, a Comissão dá poucas informações sobre a redução dos custos associados aos empréstimos ou a percentagem das receitas das obrigações verdes que é gasta em conformidade com o sistema de classificação da UE em matéria de sustentabilidade, conhecido por "taxonomia da UE". O TCE pediu à Comissão que defina objetivos claros de gestão da dívida, comunique informações sobre o desempenho desta e documente de forma coerente as decisões de fixação de preços para as sindicâncias de obrigações da UE.



Comissão Europeia e Europa Nostra premeiam 28 realizações exemplares no domínio do património de 21 países

A Comissão Europeia e a *Europa Nostra*, a principal rede europeia do património, anunciou os 28 vencedores da edição deste ano dos Prémios Europeus do Património/*Europa Nostra*, financiados pelo programa Europa Criativa da UE. [Quatro dos projetos vencedores são portugueses](#). Os vencedores serão celebrados no próximo dia 28 de setembro na Cerimónia dos Prémios Europeus do Património. Será o ponto alto da [Cimeira Europeia do Património Cultural 2023](#), organizada pela *Europa Nostra* com o apoio da Comissão, de 27 a 30 de setembro, em Veneza. Os laureados com o Grande Prémio e o vencedor do Prémio Escolha do Público, escolhidos de entre os projetos vencedores deste ano e com direito a receber 10 mil euros cada, serão anunciados durante a cerimónia. Os apoiantes e entusiastas do património são agora encorajados a descobrir os vencedores e a [votar em linha](#) para decidir quem será o vencedor do Prémio Escolha do Público 2023. Mais informações sobre os vencedores dos prémios podem ser consultadas [aqui](#).



Agência da UE de Luta contra a Droga: Parlamento aprova reforço e alargamento de poderes

Os eurodeputados aprovaram o acordo provisório das negociações interinstitucionais para a criação de uma Agência da UE de Luta contra a Droga. Com 592 votos a favor, 12 contra e 23 abstenções, os eurodeputados aprovaram o acordo provisório das negociações em tríplice, que alarga as competências do [Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência](#) e abre caminho para a criação de uma Agência da UE de Luta contra a Droga.

A nova agência teria uma maior capacidade de análise e acompanhamento, bem como um sistema de alerta precoce mais rápido e eficiente. Quando forem descobertas novas substâncias psicoativas, a agência fará a avaliação dos riscos, em cooperação com outros organismos da UE. Além disso, a agência criará um sistema europeu de alerta de drogas, adotará avaliações das ameaças em matéria de saúde e segurança para identificar novos desenvolvimentos numa fase precoce, ajudará as autoridades nacionais a recolher dados e promoverá as melhores práticas. A agência também pode apoiar os Estados-Membros, com o seu acordo, no desenvolvimento e implementação de intervenções e medidas relacionadas com a droga, bem como avaliar essas medidas. O seu mandato mais amplo permite-lhe também responder à utilização de polissubstâncias ou ao consumo de múltiplas substâncias de uma só vez ou em rápida sucessão.

Provas eletrónicas: novas regras para acelerar as investigações criminais transfronteiras

Para tornar mais eficazes as investigações criminais entre diferentes países, o Parlamento Europeu [aprovou](#) novas regras sobre a troca de provas eletrónicas entre as autoridades que aplicam a lei. O pacote legislativo adotado pelo Parlamento Europeu esta terça-feira vai contribuir para um quadro coerente da UE no tratamento de provas eletrónicas, vai acelerar o processo de recolha de provas e, ao mesmo tempo, manter salvaguardas para os direitos fundamentais.

Os eurodeputados aprovaram o regulamento relativo às ordens de obtenção de provas, com 433 votos a favor, 157 contra e 34 abstenções, e a diretiva relativa aos representantes legais, com 438 votos a favor, 152 contra e 34 abstenções. As novas regras permitirão às autoridades nacionais solicitar provas diretamente aos prestadores de serviços de outros Estados-Membros (as chamadas "ordens de entrega") ou solicitar que os dados sejam conservados por um período máximo de 60 dias, de modo a que os dados pertinentes não sejam destruídos ou perdidos ("ordens de conservação").

A legislação também introduz um prazo obrigatório de 10 dias para responder a uma ordem de entrega (oito horas em casos de emergência). Como parte do mesmo pacote, os eurodeputados adotaram uma diretiva que obriga os prestadores de serviços na UE a nomear estabelecimentos designados ou representantes legais onde as autoridades dos Estados-Membros podem endereçar pedidos de provas eletrónicas.

Vistos Schengen: Acordo político sobre a digitalização dos pedidos de visto

A Comissão Europeia [saudou](#) o acordo político celebrado entre o Parlamento Europeu e o Conselho que permite a digitalização do procedimento dos vistos *Schengen*. Este é um dos principais resultados da [Estratégia de Schengen](#), apresentada pela Comissão em

junho de 2021. As regras acordadas irão modernizar, simplificar e harmonizar os procedimentos de visto para nacionais de países não pertencentes à UE que solicitam um visto e para os Estados-Membros que precisam conceder tais vistos, através da digitalização.

Atualmente, os procedimentos de visto para o espaço *Schengen* ainda dependem muito do suporte físico, aumentando os custos tanto para os viajantes quanto para os Estados-Membros. Os procedimentos para solicitar um visto *Schengen* diferem de um Estado-Membro para outro e apenas muito poucos têm procedimentos parcialmente digitalizados. Autocolantes “físicos” do visto também são mais propensos a falsificação, fraude e roubo, algo que os vistos digitais irão melhorar significativamente. O regulamento modernizará dois aspetos principais do procedimento de visto: a digitalização da vinheta e a digitalização do pedido de visto, através da criação de uma plataforma de pedido de visto em linha da UE.

Parlamento pede à NATO para convidar a Ucrânia para aderir à Aliança

Os eurodeputados [apelam](#) aos países da NATO para que honrem o seu compromisso com a Ucrânia e tomem medidas para o país ser convidado a aderir à Aliança Atlântica. Numa resolução, aprovada esta quinta-feira com 425 votos a favor, 38 contra e 42 abstenções, os eurodeputados referem esperar que o «processo de adesão comece depois do fim da guerra e seja concluído o mais rapidamente possível». Até que a adesão plena se concretize, a UE e os seus Estados-Membros, juntamente com os aliados da NATO, devem trabalhar em estreita colaboração com a Ucrânia para desenvolver um quadro temporário para garantias de segurança, que deverá ser implementado imediatamente após a guerra, defendem os eurodeputados. O Parlamento salienta que a integração da Ucrânia na NATO e na UE reforçaria a segurança regional e mundial, bem como os laços entre a Ucrânia e a comunidade euro-atlântica.



Desporto

Comissão Europeia e ministério da Juventude e do Desporto da Ucrânia reforçam a sua cooperação

A União Europeia e a Ucrânia têm uma cooperação estreita e de longa data no domínio da juventude e do desporto no quadro do [Acordo de Associação UE-Ucrânia assinado em 21 de março de 2014](#). Desde o início da guerra da Rússia, a Comissão Europeia demonstrou a sua solidariedade para com a Ucrânia e reforçou o apoio e a cooperação, nomeadamente através do [Programa Erasmus+](#). O orçamento do programa de trabalho anual do Erasmus+ para 2023 foi [aumentado em 100 milhões de euros](#) a fim de apoiar as pessoas afetadas pela guerra, e a UE assegurou a oferta de oportunidades flexíveis aos jovens, aos técnicos de juventude e ao pessoal das organizações ucranianas ativas nos domínios da juventude, da educação e da formação.

As informações sobre os direitos e as opções de apoio na UE para os jovens provenientes da Ucrânia estão disponíveis em linha no [Portal Europeu da Juventude](#).

No domínio do desporto, em 2022, a Comissão Europeia criou, no quadro dos [«BelInclusive»](#), os prémios de desporto da UE, um prémio intitulado «Desporto pela paz», que visa distinguir projetos que utilizam o desporto como veículo de promoção da paz e dos valores europeus. Atribuído pela primeira vez em 2023, o prémio «Desporto pela paz» foi apresentado por Andriy Chesnokov, ministro-adjunto da Juventude e do Desporto da Ucrânia para a Integração Europeia, à [Youth Line de Portugal](#), um projeto que ajuda os refugiados que fugiram da guerra russa a construir uma nova vida no país de acolhimento através das atividades desportivas e da formação de comunidades.



Economia e Mercado

Financiamento sustentável: Comissão toma novas medidas para impulsionar o investimento com vista a assegurar um futuro sustentável

A Comissão Europeia [apresentou](#) um novo pacote de medidas para desenvolver e reforçar os alicerces do quadro da UE para o financiamento sustentável. A transição para uma economia sustentável e com um impacto neutro no clima até 2050 oferece novas oportunidades às empresas e aos cidadãos de toda a UE. Muitas empresas e investidores já iniciaram o seu percurso no sentido da sustentabilidade, como demonstra a dimensão crescente do investimento sustentável. No entanto, as empresas e os investidores deparam também com desafios nesta transição, especialmente no que diz respeito ao cumprimento dos novos requisitos de divulgação e prestação de informações.

O objetivo do pacote de medidas apresentado é, por conseguinte, assegurar que o quadro da UE para o financiamento sustentável possa apoiar as empresas e o setor financeiro, incentivando simultaneamente o financiamento privado de projetos e tecnologias de transição. Especificamente, a Comissão acrescenta hoje mais atividades à taxonomia de sustentabilidade da UE e propõe novas regras para os fornecedores de notações ambientais, sociais e de governação (ASG), o que aumentará a transparência do mercado dos investimentos sustentáveis. O pacote visa assegurar que o quadro de financiamento sustentável funcione para as empresas que pretendam investir na sua transição para a sustentabilidade. O pacote visa igualmente facilitar a utilização do quadro de financiamento sustentável, continuando simultaneamente a contribuir eficazmente para os objetivos do Pacto Ecológico Europeu.

Regulamento financeiro: acordo sobre mandato para encetar negociações sobre as regras orçamentais da UE

Os embaixadores dos Estados-Membros junto da UE [aprovaram](#) um mandato para as negociações com o Parlamento Europeu a respeito de uma revisão específica do Regulamento Financeiro que estabelece as regras aplicáveis ao orçamento da UE. As alterações

específicas propostas pela Comissão visam encontrar o equilíbrio adequado, centrando-se em mudanças realmente necessárias. O principal motivo desta revisão é a necessidade de alinhar o Regulamento Financeiro com o pacote do Quadro Financeiro Plurianual (QFP), a fim de manter um conjunto único de regras aplicáveis às despesas da União. A proposta baseia-se nos ensinamentos retirados da pandemia de COVID-19, apresentando alterações para uma gestão de crises mais eficiente, concentra-se numa melhor proteção dos interesses financeiros da UE e procura uma maior simplificação em benefício dos destinatários dos fundos da UE.

No seu mandato, o Conselho continua a centrar-se em assegurar a proporcionalidade no que diz respeito aos encargos administrativos adicionais para as administrações nacionais, em resultado da proposta de utilização do sistema informático integrado único destinado à exploração de dados e pontuação do risco e do sistema de deteção precoce e de exclusão (EDES), salvaguardando ao mesmo tempo a proteção de dados. São mantidos os princípios orçamentais fundamentais e o equilíbrio interinstitucional. Além disso, no seu mandato o Conselho apoia os esforços da Comissão no sentido de simplificar ainda mais as regras e os procedimentos, no interesse da segurança e da clareza jurídicas. As negociações com o Parlamento Europeu tendo em vista um acordo sobre uma versão final do texto deverão ter início antes do final de junho.

União dos Mercados de Capitais: Conselho define mandato de negociação sobre a legislação relativa à admissão à cotação

O Conselho [definiu](#) o seu mandato de negociação sobre a legislação relativa à admissão à cotação, um pacote que tornará os mercados de capitais públicos da UE mais atrativos para as empresas da UE e facilitará o acesso ao capital por parte das empresas de todas as dimensões, em especial das pequenas e médias empresas.

Esta iniciativa faz parte da conclusão da União dos Mercados de Capitais (UMC). As medidas propostas continuarão a desenvolver a UMC com a redução da burocracia desnecessária e dos custos para as empresas. Funcionará como um incentivo para as empresas passarem a ser cotadas e a permanecerem cotadas nos mercados públicos da UE. Um acesso mais fácil aos mercados públicos permitirá às empresas diversificar melhor e complementar as fontes de financiamento disponíveis.

Pandora papers: Parlamento quer combater os abusos fiscais e o branqueamento de capitais

Os eurodeputados [adotaram](#) um conjunto de recomendações, que resultam de meses de trabalho sobre dados revelados pela investigação "Pandora papers" e por outras fugas de documentos idênticos. O texto foi debatido na quarta-feira à tarde em sessão plenária e adotado esta quinta-feira, com 465 votos a favor, 5 contra e 36 abstenções. O relatório apela a uma dinâmica contínua com vista à adoção de legislação sobre a evasão fiscal e corrupção, a um maior empenho em aplicar e fazer cumprir corretamente o que já foi acordado e apresenta sugestões para uma série de novas reformas consideradas essenciais.

Conselho adota mandato de negociação para nova legislação da UE relativa à responsabilidade decorrente dos produtos defeituosos

Os embaixadores dos Estados-Membros da UE [chegaram](#) a acordo sobre o mandato de negociação do Conselho tendo em vista nova legislação da UE relativa à responsabilidade decorrente dos produtos defeituosos. Uma vez adotada, a legislação irá atualizar as regras em matéria de responsabilidade civil que vigoram há décadas e adaptá-las à era digital e à economia circular. A nova proposta de diretiva relativa à responsabilidade alarga a definição de "produto" aos ficheiros de fabrico digital e ao *software*. Em virtude da crescente complexidade técnica de muitos produtos, os Estados-Membros devem também assegurar que uma pessoa lesada que reclame uma indemnização perante um tribunal nacional tenha acesso aos elementos de prova pertinentes à disposição do fabricante sobre a forma como o produto foi produzido.

Acordo UE-Angola sobre a facilitação do investimento sustentável aproxima-se da aprovação

A Comissão Europeia [transmitiu](#) ao Conselho as propostas de decisão relativas à assinatura e à conclusão do Acordo UE-Angola sobre a facilitação do investimento sustentável (SIFA). O SIFA UE-Angola facilitará a atração e a expansão do investimento, integrando simultaneamente os compromissos em matéria de direitos ambientais e laborais nas relações UE-Angola e apoiando os esforços de Angola para melhorar o clima de investimento.

Este acordo contribuirá para estimular o investimento sustentável em Angola e a UE prestará igualmente apoio técnico para pôr o acordo em prática. O SIFA apoiará igualmente os esforços de Angola para melhorar o clima de investimento para os investidores estrangeiros e locais, incluindo as pequenas e médias empresas, facilitando aos investidores a criação das suas empresas, a realização das suas atividades quotidianas e a expansão dos seus investimentos existentes.



Eleições Europeias

Eleições europeias de 2024: Parlamento propõe mais assentos para nove países da UE

O Parlamento [adotou](#) a proposta sobre a sua composição que visa aumentar o número de assentos em 11, para um total de 716, antes das eleições europeias de junho de 2024. Refletindo as mudanças demográficas na UE desde as eleições de 2019, o relatório aprovado na sessão plenária desta semana, pede que os assentos adicionais sejam distribuídos da seguinte forma: Espanha +2 [61]; Holanda +2 [31]; Áustria +1 [20]; Dinamarca +1 [15]; Finlândia +1 [15]; Eslováquia +1 [15]; Irlanda +1 [14]; Eslovênia +1 [9] e Letônia +1 [9].

Cabe agora ao Conselho Europeu adotar uma decisão por unanimidade, o que exigirá depois ainda o consentimento do Parlamento. Os eurodeputados sublinham a necessidade de agir com celeridade, de forma a dar tempo aos Estados-membros para fazerem as

alterações necessárias antes das votações do próximo ano, pelo que pedem para serem imediatamente informados caso o Conselho Europeu pretenda afastar-se da proposta apresentada.



Emprego e Demografia

50 % das empresas da UE recorreram a reuniões à distância em 2022

A pandemia de COVID-19 [alterou](#) os modelos de trabalho e levou muitas empresas a recorrer a reuniões virtuais para ultrapassar a distância física e manter as suas atividades. Em 2022, na UE, 50% das empresas com 10 ou mais trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria realizaram reuniões à distância através da Internet. Entre os países da UE, registou-se uma grande variação na percentagem de empresas que utilizaram este recurso. As maiores percentagens foram registadas na Suécia (79,4%) e na Finlândia (78,5%), seguidas da Dinamarca (78,0%), Malta (68,3%) e Irlanda (63,6%).

No lado oposto da escala, as percentagens mais baixas foram registadas na Bulgária (28,2%), Hungria (29,4%), Roménia (31,2%), Grécia (32,9%) e Eslováquia (35,2%). Os dados estatísticos sobre o acesso remoto visam medir o grau de preparação tecnológica das empresas para permitir que os seus colaboradores trabalhem à distância, dando-lhes acesso remoto a três tipos de recursos da empresa: ao sistema de correio eletrónico, aos documentos e às aplicações comerciais ou *software* da empresa.

Em 2022, na UE, quase 6 em cada 10 empresas (57,0%) com 10 ou mais trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria ofereciam os três tipos de acesso remoto aos seus trabalhadores. No que diz respeito à dimensão das empresas, 91,0% das grandes empresas (250 ou mais trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria) ofereceram os três tipos de acesso remoto aos seus trabalhadores, enquanto o mesmo aconteceu em 77,2% das médias empresas (de 50 a 249 trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria) e 52,4% das pequenas empresas (de 10 a 49 trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria). Comparativamente, as pequenas empresas proporcionaram acesso remoto em menor grau, uma vez que 74,8% delas deram aos seus colaboradores acesso remoto ao correio eletrónico, 60,9% aos documentos e 57,5% às aplicações ou *software* da empresa.

Direitos dos trabalhadores das plataformas: Conselho define a sua posição

O Conselho está pronto a [encetar](#) negociações com o Parlamento Europeu sobre uma nova lei que ajudará milhões de trabalhadores pontuais a aceder aos direitos laborais. Os ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais chegaram a acordo sobre a orientação geral do Conselho para uma proposta de diretiva destinada a melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores das plataformas. A proposta introduz duas melhorias fundamentais: ajuda a determinar corretamente o estatuto profissional das pessoas que trabalham nas plataformas digitais, e estabelece as primeiras regras da UE sobre a utilização de inteligência artificial no local de trabalho.

Atualmente, a maior parte dos 28 milhões de trabalhadores das plataformas na UE, incluindo os taxistas, os trabalhadores domésticos e os motoristas de distribuição de alimentos, são formalmente trabalhadores por conta própria. Contudo, alguns deles têm de respeitar muitas das mesmas regras e restrições que um trabalhador por conta de outrem, o que indica que se encontram, de facto, numa relação de trabalho e que, por conseguinte, devem beneficiar dos direitos laborais e da proteção social concedidos aos trabalhadores ao abrigo do direito nacional e da UE.

O objetivo do Conselho é dar resposta a esses casos de classificação incorreta e facilitar a reclassificação desses trabalhadores como trabalhadores por conta de outrem. De acordo com a orientação geral do Conselho, presume-se juridicamente que os trabalhadores são trabalhadores de uma plataforma (por oposição a trabalhadores por conta própria) se a sua relação com a plataforma preencher pelo menos três dos sete critérios estabelecidos na diretiva.

Fluxos do mercado de trabalho no 1.º trimestre de 2023

Entre o quarto trimestre de 2022 e o primeiro trimestre de 2023, 3,2 milhões de pessoas desempregadas na UE (24,3% de todos os desempregados no quarto trimestre de 2022) [encontraram](#) emprego. Durante este período, 6,8 milhões (51,1%) permaneceram desempregados e 3,3 milhões de pessoas desempregadas (24,6%) transitaram para fora da população ativa. De todas as pessoas empregadas no quarto trimestre de 2022, 2,5 milhões (1,2%) ficaram desempregadas no primeiro trimestre de 2023 e 5 milhões (2,4%) transitaram para fora da força de trabalho. Das pessoas consideradas fora da população ativa no quarto trimestre de 2022, 5 milhões (4,3%) passaram a ter emprego no primeiro trimestre de 2023 e 3,9 milhões (3,3%) transitaram para o desemprego.



Energia

Utilização de energia nos agregados familiares aumenta 6% em 2021

Em 2021, os agregados familiares [representavam](#) 27 % do consumo final de energia na UE. A maior parte do consumo final de energia da UE nos agregados familiares foi coberta pelo gás natural (33,5%) e pela eletricidade (24,6%). As energias renováveis representaram 21,2%, seguidas do petróleo e produtos petrolíferos (9,5%) e do calor derivado (8,6%). Uma pequena parte (2,5 %) foi ainda coberta por produtos carboníferos (combustíveis fósseis sólidos).

Em comparação com 2020, em 2021 o consumo de energia entre as famílias da UE aumentou 5,5% para um valor total de quase 11,0 milhões de Terajoules, com as quotas de gás natural (+1,8 pontos percentuais (pp)), energias renováveis (+0,9 pp) e calor derivado (+0,4 pp) no consumo final das famílias a aumentar. Por outro lado, o peso do petróleo e dos produtos petrolíferos diminuiu de forma mais acentuada (-2,8 pp), tendo a eletricidade e os combustíveis fósseis sólidos seguido a mesma trajetória (-0,2 pp cada).

Na UE, a principal utilização de energia pelos agregados familiares é o aquecimento das habitações (64,4% do consumo final de energia no sector residencial), seguido do aquecimento da água (14,5%). A eletricidade utilizada para a iluminação e a maioria dos aparelhos elétricos representa 13,6% (excluindo a utilização de eletricidade para alimentar os principais sistemas de aquecimento, refrigeração ou cozinha).

Os principais aparelhos para cozinhar requerem 6,0% da energia utilizada pelos agregados familiares, enquanto as outras utilizações finais e o arrefecimento de espaços representam 1,1% e 0,5%, respetivamente. O aquecimento do espaço e da água representa, consequentemente, 78,9% da energia final consumida pelas famílias, indicando um aumento de 1,0 pp em relação a 2020. Relativamente a 2020, em 2021 o consumo em todas as seis utilizações finais acima mencionadas aumentou, mas mais claramente em termos de arrefecimento de espaços (+10%) e aquecimento de espaços (+7%). A categoria geral "outras utilizações" também registou um aumento de 17%.



Estado de Direito

Software espião: Parlamento pede investigações e garantias para evitar abusos

Numa resolução [aprovada](#) na quinta-feira, o Parlamento Europeu apresentou as reformas necessárias para combater a utilização abusiva de *software* espião. Com base numa [investigação de um ano sobre a utilização do software espião de vigilância Pegasus e equivalentes](#), os eurodeputados consideram que a utilização ilícita de *software* espião colocou «em jogo» a própria democracia e apelam a investigações credíveis, a alterações legislativas e a uma melhor aplicação das regras em vigor para combater os abusos. A resolução foi aprovada por 411 votos a favor, 97 votos contra e 37 abstenções.

Os eurodeputados instam a Hungria e a Polónia a respeitarem os acórdãos do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e a restabelecerem a independência judicial e os organismos de supervisão. Os dois países devem também assegurar uma autorização judicial independente e específica antes de implantar *software* espião, lançar investigações credíveis sobre casos de abuso e garantir que os cidadãos tenham acesso a vias de recurso significativas. O Parlamento exorta o Governo grego a «restabelecer e reforçar urgentemente as garantias jurídicas e institucionais», a revogar as licenças de exportação que não estejam em conformidade com a legislação de controlo das exportações da UE e a respeitar a independência da Autoridade Helénica para a Segurança e Privacidade das Comunicações.

Observando que Chipre tem servido de plataforma de exportação de *software* espião, os eurodeputados afirmam que o país deve revogar todas as licenças de exportação não alinhadas com a legislação da UE. As autoridades espanholas devem realizar uma investigação «completa, justa e eficaz», nomeadamente nos 47 casos em que não é claro quem autorizou a utilização de *software* espião. Segundo os deputados, as autoridades espanholas devem igualmente assegurar que as pessoas visadas tenham acesso a vias de recurso reais.



Igualdade de Género, LGBTQI, Inclusão Social e Migração

Normas aplicáveis aos organismos de promoção da igualdade: Conselho define a sua posição

Os ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais da UE [definiram](#) a sua posição sobre duas propostas que reforçarão a independência e o funcionamento dos organismos de promoção da igualdade na UE, ajudando a prevenir a discriminação e a proteger melhor as vítimas. Atualmente, todos os Estados-Membros da UE são obrigados a criar organismos nacionais para combater a discriminação em razão da origem racial ou étnica e do sexo, mas o mandato e as competências destes organismos variam de um Estado-Membro para outro. As novas regras estabelecerão requisitos mínimos comuns a nível da UE aplicáveis aos organismos de promoção da igualdade numa série de domínios fundamentais.

Os organismos de promoção da igualdade são instituições públicas que protegem as vítimas de discriminação e lhes prestam assistência. A legislação da UE em matéria de igualdade estipula que todos os Estados-Membros devem criar organismos nacionais de promoção da igualdade para lidar com casos de discriminação em razão do sexo e da origem racial ou étnica. Ao abrigo da atual legislação relativa aos organismos de promoção da igualdade, os Estados-Membros dispõem de uma ampla margem de apreciação, o que conduz a diferenças significativas em toda a UE no que diz respeito às competências, à independência, aos recursos, à acessibilidade e à eficácia desses organismos.

Uma das orientações gerais acordadas será negociada de acordo com o processo legislativo ordinário e confere à próxima Presidência espanhola do Conselho um mandato para encetar negociações com o Parlamento Europeu, tendo em vista alcançar um acordo

provisório. No que diz respeito à proposta negociada no âmbito de um processo legislativo especial, o Parlamento Europeu será convidado a dar a sua aprovação.



Indústria

UE avança para negociações com os EUA com vista a um acordo sobre os minerais críticos

A Comissão Europeia [adotou](#) as diretrizes para a negociação de um acordo sobre os minerais críticos com os Estados Unidos. O objetivo é promover as cadeias de aprovisionamento UE-EUA no que respeita às matérias-primas críticas necessárias para a produção de baterias para veículos elétricos. Só em 2022, a UE exportou 8,3 mil milhões de euros de matérias-primas críticas relevantes para este setor.

A celebração de um acordo entre a UE e os EUA sobre os minerais críticos permitirá à UE, enquanto aliada, beneficiar de um estatuto equivalente ao dos países que celebraram acordos de comércio livre com os EUA, em conformidade com a lei norte-americana relativa à redução da inflação. As empresas da UE poderão, assim, competir no mercado norte-americano em igualdade de circunstâncias com as concorrentes dos EUA e de países terceiros, como o Chile, a República da Coreia e o Japão.

Um acordo entre a UE e os EUA sobre os minerais críticos contribuirá igualmente para reforçar as capacidades de produção da UE em setores industriais de importância estratégica. A existência de disposições rigorosas em matéria ambiental e laboral contribuirá para assegurar um aprovisionamento acrescido de matérias-primas críticas de origem sustentável. Além disso, o acordo contribuirá para reforçar as propostas da Comissão [Regulamento Indústria de Impacto Zero](#) e [Ato legislativo europeu sobre as matérias-primas críticas](#), que visam ampliar a dimensão da produção na UE de tecnologias essenciais neutras em termos de carbono.



Investigação e inovação científica, ciência

Conselho Europeu de Inovação e o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia lançam um novo prémio europeu para mulheres inovadoras

O Conselho Europeu de Inovação (CEI) e o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (IET) reforçaram a sua parceria e lançaram um [novo prémio europeu para mulheres inovadoras](#). Este concurso conjunto recompensará uma comunidade ainda mais alargada de mulheres inovadoras, dando a conhecer as suas realizações e proporcionando-lhes mais oportunidades. Os prémios serão atribuídos às mulheres empresárias mais inspiradoras, cuja inovação tenha um impacto positivo na nossa sociedade e no nosso planeta. Esta categoria está aberta a todas as mulheres empreendedoras de toda a UE e países associados. A vencedora recebe 100 mil euros e as classificadas seguintes recebem 70 mil euros e 50 mil euros, respetivamente.



Juventude

Eurodeputados pedem novas regras para evitar a exploração de estagiários na UE

O Parlamento Europeu [insta](#) a Comissão a propor legislação para garantir a qualidade dos estágios em toda a UE. Na quarta-feira, o plenário aprovou, com 404 votos a favor, 78 contra e 130 abstenções, um relatório que insta a Comissão a propor uma diretiva sobre estágios de qualidade e a atualizar o atual quadro de qualidade dos estágios. De acordo com os eurodeputados, a nova diretiva deve estabelecer normas mínimas de qualidade, incluindo regras sobre a duração dos estágios, bem como sobre a remuneração e o acesso à proteção social, em conformidade com a legislação e as práticas nacionais.

Os estágios devem ser adequadamente compensados, cobrindo, no mínimo, o custo das necessidades básicas de vida, como alimentação, habitação e transporte, tendo em conta o custo de vida em cada Estado-Membro, diz o Parlamento. O relatório apela aos Estados-Membros para que tornem os estágios mais acessíveis às pessoas com deficiência e às pessoas oriundas de meios vulneráveis e para que incentivem os estágios transfronteiriços. Os eurodeputados pedem também à Comissão que reveja o atual Quadro de Qualidade para os Estágios e que introduza mais regras vinculativas para os países da UE neste quadro.



Mar e Pescas

Pesca sustentável: progressos na recuperação das unidades populacionais de peixes, mas são necessários mais esforços para construir um setor resiliente

A sustentabilidade global das pescas da UE melhorou e menos unidades populacionais são objeto de sobrepesca, de acordo com a [Comunicação da Comissão intitulada «Pesca sustentável na UE: ponto da situação e orientações para 2024»](#). Ao mesmo tempo, são

necessários mais esforços para assegurar a resiliência das atividades de pesca e a melhoria contínua do estado das unidades populacionais de peixes. A comunicação da Comissão baseia-se em avaliações científicas independentes.

A comunicação [apresenta](#) as orientações para as propostas da Comissão relativas às possibilidades de pesca para 2024 e dá início a um processo de consulta com os intervenientes interessados. As propostas terão por objetivo manter as unidades populacionais que já atingiram níveis sustentáveis nesses níveis e contribuir para a recuperação de outras unidades populacionais de peixes.

A comunicação mostra que as unidades populacionais de peixes no Atlântico Nordeste se encontram geralmente dentro de intervalos saudáveis, tendo a última avaliação apontado para os melhores resultados até à data em matéria de sustentabilidade. Um exemplo particularmente positivo é o golfo da Biscaia, que, na última avaliação de 2021, se tornou a primeira zona marítima da UE sem sobrepesca. Isto prova que as decisões da UE em matéria de gestão sustentável das pescas estão a dar frutos. Os Estados-Membros, os conselhos consultivos, o setor das pescas, as organizações não governamentais e os cidadãos interessados são incentivados a partilhar as suas perspetivas sobre o ponto da situação e as futuras orientações das possibilidades de pesca para 2024. São convidados a exprimir os seus pontos de vista até 31 de agosto no âmbito da [consulta pública em linha](#).

Após a consulta pública, a Comissão apresentará as suas três propostas de regulamentos relativos às possibilidades de pesca para 2024: no Atlântico e no mar do Norte, no mar Báltico, bem como no mar Mediterrâneo e no mar Negro. As propostas terão em conta os planos plurianuais e basear-se-ão nos pareceres científicos emitidos pelo Conselho Internacional de Exploração do Mar (CIEM), bem como na análise económica fornecida pelo Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (CCTEP). As propostas incluirão ainda ajustamentos resultantes da aplicação da obrigação de desembarque. Por último, o Conselho debaterá as propostas da Comissão e decidirá sobre as quotas de pesca para 2024 nas suas reuniões de outubro e dezembro deste ano.

Parlamento Europeu aprova novo acordo de pesca com a Maurícia

O Parlamento [aprovou](#) o acordo de pescas entre a UE e a Maurícia para o período 2022-2026, que aumentará a quantidade de peixe que a frota de atum da UE pode capturar no oceano Índico. Ao abrigo do novo protocolo, a frota da UE poderá pescar até 5 500 toneladas por ano de atum e espécies afins, em comparação com 4 mil toneladas de atum por ano entre 2017 e 2021.

A UE pagará mais por este aumento. Nos próximos quatro anos, os pagamentos totais da UE à Maurícia ascenderão a 2 900 000 euros. Para o acesso às águas mauricianas, a UE desembolsará 725 mil euros por ano, o que vai traduzir em apoios para a política das pescas do país e no desenvolvimento da sua política marítima e a economia azul. A contribuição para o governo da Maurícia, que receberá mais 440 mil euros dos armadores da UE, ascenderá assim a um total de 1 165 000 euros por ano, em média.

Os benefícios para a economia da Maurícia vão além da contribuição financeira: os desembarques da frota da UE apoiam 4 mil postos de trabalho na indústria de conservas, transformando 50 000 toneladas de atum capturadas por navios da UE em todo o Oceano Índico e 500 postos de trabalho em serviços de reparação e manutenção no estaleiro naval do Oceano Índico. Além disso, a Maurícia é o terceiro maior fornecedor de conservas de atum no mercado da UE, a seguir ao Equador e às Filipinas. Por outro lado, ao abrigo do atual protocolo, os navios da UE capturaram 71% da tonelagem de referência nas águas mauricianas, tendo realizado um volume de negócios anual médio de 5,6 milhões de EUR entre 2019 e 2020.

Pescas sustentáveis: lançamento da Parceria para a Transição Energética no setor das pescas e da aquicultura da UE

A Comissão Europeia [lançou](#) a Parceria para a Transição Energética no setor das pescas e da aquicultura na Conferência de alto nível "[Unir forças para a transição energética nas pescas e na aquicultura da UE](#)". A Parceria constituirá uma plataforma central para que todos os intervenientes do mar partilhem conhecimentos e soluções e coordenem esforços para alcançar um setor com impacto neutro no clima até 2050, tal como estabelecido na [Comunicação sobre a transição energética nas pescas e na aquicultura da UE](#). Ajudará, nomeadamente, a enfrentar alguns dos desafios mais prementes do processo de transição energética, como a necessidade de novas competências profissionais, a garantia de financiamento suficiente e a colmatação das lacunas em termos de conhecimento, investigação e inovação. A Comissão coordenará os trabalhos da parceria.



Proteção civil

Ucrânia: UE mobiliza reservas de emergência e concede financiamento para apoiar a resposta à rutura da barragem de Nova Kakhovka

Na sequência da rutura da barragem de Nova Kakhovka, na semana passada, e do pedido de ajuda das autoridades ucranianas, a UE está a mobilizar as suas reservas estratégicas ao abrigo do [rescEU](#), enviando três estações móveis de tratamento de água para ajudar as autoridades locais a produzir água potável para as pessoas afetadas. Cada estação de tratamento de água pode produzir 120 mil litros de água potável por dia, ajudando assim a resolver uma das necessidades mais urgentes da região - o acesso à água potável.

16 países europeus - Áustria, Bélgica, Bulgária, Chéquia, Dinamarca, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Letónia, Lituânia, Países Baixos, Noruega, Polónia, Espanha e Suécia - ofereceram já assistência através do [Mecanismo de Proteção Civil da UE](#), fornecendo camiões-cisterna, bombas de água, barcos, equipamento de salvamento, geradores e outra assistência em espécie para salvar vidas nas zonas afetadas.

Os parceiros humanitários da UE na Ucrânia redirecionaram a sua resposta em curso para prestar assistência vital às populações afetadas, incluindo água potável, alimentos prontos a consumir, assistência monetária e distribuição de equipamento de abrigo. A fim de continuar a apoiar as operações humanitárias no terreno, a UE mobilizou igualmente 500 mil euros adicionais para fazer face às necessidades imediatas resultantes da destruição da barragem de Kakhovka. Este montante vem juntar-se aos 200 milhões de euros de ajuda humanitária já atribuídos em 2023 à [Ucrânia](#).



Regiões Ultraperiféricas

Parlamento Europeu aprova relatório sobre as RUP

Para superar os desafios regionais e assegurar o desenvolvimento, as Regiões Ultraperiféricas [necessitam](#) de medidas mais adaptadas e de recursos adequados, defendem os eurodeputados. Com 589 votos a favor, 22 contra e 17 abstenções, os deputados ao Parlamento Europeu adotaram a sua posição sobre a estratégia da Comissão para as Regiões Ultraperiféricas.

Os eurodeputados querem que a política da UE se concentre na competitividade e preveja uma abordagem adaptada que reflita as necessidades de cada RUP, uma vez que as políticas atuais não têm suficientemente em conta as suas especificidades. Consideram que tal exige uma melhor coordenação entre os níveis local, regional, nacional e da UE. Os eurodeputados pedem à Comissão que esta apresente um conjunto de planos de ação adaptados de modo a implementar esta estratégia e a apoiar com recursos financeiros adequados.

No atual contexto de crise e de inflação, os eurodeputados pretendem ajustar as [regras dos auxílios estatais](#) para as RUP e aumentar os limiares de ajudas para refletir os custos de funcionamento adicionais enfrentados pelas empresas nestas zonas. Pretendem igualmente que a Comissão examine o tratamento especial das regiões ultraperiféricas no que diz respeito aos auxílios estatais a favor das infraestruturas aeroportuárias, portuárias e rodoviárias, a fim de reforçar a mobilidade regional. Instam a Comissão e os Estados-Membros a garantirem o acesso a serviços essenciais nas RUP e a utilizar os fundos disponíveis ao abrigo do [Quadro Financeiro Plurianual](#) 2021-2027 e do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) para combater o desemprego dos jovens e a fuga de cérebros.

A Comissão deve igualmente desenvolver atividades de formação e de desenvolvimento de competências, motivando os jovens a trabalhar em setores tradicionais, como a agricultura e as pescas. Os eurodeputados pretendem igualmente manter o [regime POSEI](#) na agricultura, ajudando estas regiões a superar os seus desafios, alargando-o simultaneamente às pescas, aos transportes, à energia e a outros setores.

Para além da economia azul e circular, os eurodeputados também apoiam o turismo sustentável nas RUP, equilibrando o desenvolvimento do turismo com a proteção da biodiversidade. Neste sentido, apelam à Comissão para criar uma Agência Europeia do Turismo, com escritórios em cada uma das zonas geográficas das RUP, apoiando simultaneamente projetos-piloto para destinos ultraperiféricos no setor do turismo. Dada a vulnerabilidade das RUP às alterações climáticas e às catástrofes naturais, os eurodeputados propõem que se pondere a criação de um Fundo da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas para ajudar a preparar as suas infraestruturas e melhorar a sua resiliência aos choques climáticos.

O texto do relatório refere igualmente que as RUP têm localização e infraestruturas capazes de garantir o acesso da UE ao espaço. Os eurodeputados apelam à Comissão que apoie os planos nacionais para relançar as atividades espaciais e que coordene neste sentido os fundos da UE para a política espacial e para o desenvolvimento regional. Tal deverá apoiar os ecossistemas que se desenvolvem em torno das infraestruturas da Guiana Francesa e dos Açores, promovendo simultaneamente a investigação e a inovação nas RUP.



Saúde

Relatório Europeu sobre Drogas 2023 revela novos desafios para a Europa decorrentes de uma maior diversidade na oferta e no consumo de droga

O Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), baseado em Lisboa, publicou o [Relatório Europeu sobre Drogas 2023](#), que apresenta uma análise do consumo e da oferta de droga na Europa.

O relatório mostra que estão a surgir novos desafios na Europa devido à maior diversidade da oferta e do consumo de droga. O novo sistema de alerta precoce, que surge com o novo mandato do OEDT, permitirá identificar novas ameaças e criar um sistema de alerta eficaz.

Em julho de 2024, o OEDT tornar-se-á a nova [Agência da União Europeia de Luta contra a Droga](#), com um mandato reforçado. Pode rever a conferência de imprensa da Comissária Johansson e do Diretor do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT), Alexis Goosdeel, no canal [EbS](#).

Combater a resistência aos antimicrobianos: Conselho adota recomendação

O Conselho [adotou](#) uma recomendação que visa intensificar a ação da UE para combater a resistência aos antimicrobianos (RAM) nos domínios da saúde humana, da saúde animal e do ambiente. A recomendação segue uma abordagem "Uma Só Saúde" para a RAM,

com base no facto de a saúde dos seres humanos, dos animais e do ambiente estar intrinsecamente ligada e de a RAM só poder ser ultrapassada com esforços conjuntos nos três domínios.

De um modo geral, a recomendação do Conselho procura incentivar a utilização prudente de antimicrobianos, como os antibióticos, na saúde humana e animal através de uma série de medidas voluntárias, com o objetivo de reduzir o risco de os microrganismos se tornarem resistentes à intervenção médica.

Os antimicrobianos são medicamentos utilizados para prevenir e tratar infeções nos seres humanos, nos animais e nas plantas. Incluem antibióticos, antivirais, antifúngicos e antiparasitários. A RAM ocorre quando bactérias, vírus, fungos e parasitas mudam ao longo do tempo e já não respondem a antimicrobianos. Consequentemente, os antibióticos e outros medicamentos antimicrobianos tornam-se ineficazes e as infeções tornam-se cada vez mais difíceis ou mesmo impossíveis de tratar.

A RAM provoca mais de 35 000 mortes por ano no Espaço Económico Europeu. Se continuar a aumentar, poderá conduzir a cerca de 10 milhões de mortes por ano a nível mundial, além de ter um grave impacto na economia mundial. Em 26 de abril de 2023, a Comissão publicou uma proposta de recomendação do Conselho sobre a RAM como parte de um pacote de medidas destinadas a reformar a legislação farmacêutica da UE.

Eurodeputados retiram lições da crise da COVID-19

A Comissão Especial sobre a pandemia de COVID-19 [adotou](#) recomendações para melhorar a gestão da crise e a preparação da UE para futuras emergências sanitárias. Os eurodeputados analisaram o impacto da pandemia de COVID-19, que causou uma das crises mais profundas e fundamentais da história da UE. Avaliaram também a eficácia das medidas europeias e nacionais e fizeram recomendações específicas para colmatar as lacunas e deficiências na resposta à crise. O relatório foi adotado na segunda-feira por 23 votos a favor, 13 contra e 1 abstenção.

Entre as principais propostas relacionadas com a saúde apresentadas pela comissão especial estão o aumento do investimento nos cuidados de saúde, a introdução de planos para monitorizar as ameaças emergentes à saúde, testar a resiliência dos sistemas nacionais de saúde, melhorar a transparência das atividades de contratação pública conjunta, melhorar a autonomia estratégica da UE no que diz respeito aos principais ingredientes farmacêuticos e medicamentos e desenvolver uma estratégia da UE para combater a COVID-19.

Agência Europeia de Medicamentos: Conselho define orientação sobre uma estrutura de taxas mais moderna e simplificada

Os ministros da Saúde da UE [definiram](#) a posição do Conselho sobre um regulamento destinado a modernizar e simplificar a estrutura das taxas a pagar à Agência Europeia de Medicamentos (EMA), a fim de melhor refletir a evolução das exigências e dos desafios que enfrenta. A orientação geral hoje aprovada permite ao Conselho encetar negociações com o Parlamento Europeu.

O regulamento proposto visa atualizar a legislação em vigor que rege as taxas cobradas pela EMA. Assegurará que as taxas e a remuneração são baseadas nos custos, flexíveis e garantem o financiamento adequado que viabilize a sustentabilidade futura das operações da EMA, ao mesmo tempo que prestam apoio suficiente às autoridades nacionais competentes dos Estados-Membros. A proposta procura igualmente reduzir a complexidade do atual quadro jurídico.

A orientação geral do Conselho mantém os elementos essenciais da proposta da Comissão, incluindo a transição para uma abordagem baseada nos custos. No entanto, otimiza as disposições relativas ao ajustamento das taxas e da remuneração da EMA, assegurando que os custos das autoridades nacionais competentes serão cobertos. A orientação geral clarifica igualmente algumas das medidas relativas à flexibilidade, que permitem introduzir posteriormente novas alterações no sistema de taxas. Especificamente, o Conselho alargou o papel do conselho de administração da EMA na atualização das taxas.



Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

PE aprova assistência macrofinanceira à Macedónia do Norte até 100 milhões de euros

O Parlamento Europeu [votou](#) a favor da concessão de até 100 milhões de euros de assistência macrofinanceira (AMF) à Macedónia do Norte para ajudar o país a cobrir parte das suas necessidades de financiamento em 2023. Na terça-feira, os eurodeputados aprovaram a proposta da Comissão Europeia de conceder apoio ao governo da Macedónia do Norte para estabilizar a situação económica do país por 536 votos a favor, 38 contra e 23 abstenções.

A ajuda será desembolsada em duas parcelas, dependendo dos progressos realizados na implementação das medidas políticas acordadas num Memorando de Entendimento entre a UE e a Macedónia do Norte. As medidas deverão centrar-se em domínios como a governação fiscal, a política fiscal, a gestão do investimento público, as parcerias público-privadas, a melhoria do ambiente empresarial, a transparência dos auxílios estatais, a eficiência energética, a reforma do sistema judicial e a luta contra a corrupção.

Síria e a região: comunidade internacional mobiliza 5,6 mil milhões de euros durante a 7.ª Conferência de Bruxelas

Durante a [7.ª Conferência de Bruxelas sobre "Apoiar o futuro da Síria e da região"](#), realizada a 15 de junho, a comunidade internacional [comprometeu-se](#) a disponibilizar 5,6 mil milhões de euros para 2023 e anos seguintes, incluindo 4,6 mil milhões de euros para 2023 e mil milhões de euros para 2024 e anos seguintes. O financiamento prometido irá apoiar as pessoas na Síria e nos países vizinhos que

acolhem refugiados sírios. A UE prometeu 3,8 mil milhões de euros de subvenções, dos quais 2,1 mil milhões de euros da Comissão Europeia e 1,7 mil milhões de euros dos Estados-Membros da UE. Desde o início da crise em 2011, a UE e os seus Estados-Membros mobilizaram mais de 30 mil milhões de euros para apoiar os sírios na Síria e na região. Além disso, as instituições financeiras internacionais e os doadores anunciaram 4 mil milhões de euros em empréstimos, elevando o total de subvenções e empréstimos para 9,6 mil milhões de euros.

A União Europeia publicou também um [relatório sobre o cumprimento dos compromissos](#) assumidos na 6.ª Conferência de Bruxelas sobre "Apoiar o futuro da Síria e da região", realizada a 10 de maio de 2022, bem como um relatório sobre o inquérito em linha sobre as consultas à sociedade realizadas no período que antecedeu a Conferência.



Tecnologia, informática e comunicações

Parlamento Europeu pronto para negociar as primeiras regras para uma IA segura e transparente

As regras [visam](#) promover a adoção duma IA centrada no ser humano, fiável e proteger a saúde, a segurança, os direitos fundamentais e a democracia dos seus efeitos nocivos. O Parlamento Europeu adotou a sua posição de negociação sobre a “Lei da Inteligência Artificial (IA)” com 499 votos a favor, 28 contra e 93 abstenções, antes das conversações com os Estados-Membros da UE. A posição parlamentar procura garantir que a IA desenvolvida e utilizada na Europa está em total conformidade com os direitos e valores da UE, incluindo a proteção do ser humano, a segurança, a privacidade, a transparência, a não discriminação e o bem-estar social e ambiental.

As regras seguem uma abordagem baseada no risco e estabelecem obrigações para os fornecedores e para aqueles que implantam sistemas de IA, dependendo do nível de risco que a IA pode gerar. Os sistemas de IA com um nível inaceitável de risco para a segurança das pessoas seriam, por conseguinte, proibidos, como os utilizados para a pontuação social (classificação de pessoas com base no seu comportamento social ou características pessoais). Os eurodeputados alargaram a lista para incluir a proibição de utilizações intrusivas e discriminatórias da IA.

Comissão anuncia as próximas etapas em matéria de cibersegurança das redes 5G, no seguimento do mais recente relatório intercalar dos Estados-Membros

Os Estados-Membros da UE, com o apoio da Comissão Europeia e da ENISA, a Agência da UE para a Cibersegurança, [publicaram](#) um segundo [relatório intercalar](#) sobre a aplicação do [conjunto de instrumentos da UE para a cibersegurança das redes 5G](#). O documento aborda igualmente algumas das recomendações formuladas no [Relatório Especial do Tribunal de Contas Europeu](#) de janeiro de 2022. Em complemento do relatório intercalar, a Comissão adotou uma comunicação sobre a aplicação do conjunto de instrumentos pelos Estados-Membros e nas atividades de comunicação e financiamento institucionais da UE.

No que diz respeito às medidas estratégicas e, em especial, à imposição de restrições aos fornecedores de alto risco, o relatório assinala que 24 Estados-Membros adotaram ou estão a preparar medidas legislativas para habilitar as autoridades nacionais a avaliar os fornecedores e emitir restrições. Destes, 10 Estados-Membros impuseram tais restrições e 3 estão atualmente a trabalhar na aplicação da legislação nacional pertinente. Dada a importância da infraestrutura de conectividade para a economia digital e a dependência de muitos serviços críticos das redes 5G, os Estados-Membros devem implementar sem demora o conjunto de instrumentos.

Na comunicação, a Comissão sublinha as suas fortes preocupações quanto aos riscos que certos fornecedores de equipamento de comunicações de rede móvel representam para a segurança da União. A Comissão considera que as decisões adotadas pelos Estados-Membros para restringir ou excluir a Huawei e a ZTE das redes 5G são justificadas e conformes com o conjunto de instrumentos para a cibersegurança das redes 5G. Em consonância com essas decisões, e com base numa vasta gama de informações disponíveis, a Comissão considera que a Huawei e a ZTE representam, de facto, riscos substancialmente mais elevados do que outros fornecedores de tecnologia 5G.

Economia circular: novas regras para tornar os telemóveis e os tablets mais duradouros, eficientes em termos energéticos e fáceis de reparar, permitindo escolhas sustentáveis por parte dos consumidores

A Comissão Europeia [propôs](#) novas regras para ajudar os consumidores a fazerem escolhas informadas e sustentáveis quando compram telemóveis, telefones sem fios e *tablets*, ao abrigo do atual regulamento da UE relativo à rotulagem energética. Esta [nova proposta](#) surge no mesmo dia em que o Parlamento Europeu e o Conselho aprovaram medidas destinadas a tornar estes dispositivos mais eficientes do ponto de vista energético, duradouros e fáceis de reparar, na sequência de uma [proposta](#) da Comissão de novembro de 2022, ao abrigo do Regulamento Conceção Ecológica da UE. Estas medidas ajudam a tornar a economia da UE mais circular, a poupar energia, a reduzir a nossa pegada de carbono, a apoiar modelos empresariais circulares e a proporcionar aos consumidores os benefícios do Pacto Ecológico Europeu.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para 2023.



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.

Legenda: **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia

herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!